

## OS DESCENDENTES DE AFRICANOS VÃO À LUTA EM TERRA *BRASILIS*. FRENTE NEGRA BRASILEIRA (1931-37) E TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO (1944-68)

*Petrônio Domingues\**

### **Resumo**

O artigo tem como escopo abordar um assunto subexplorado pela historiografia: a luta dos descendentes de africanos pela conquista dos plenos direitos no exercício da cidadania na sociedade brasileira. Para tanto, pretende-se realizar, primeiramente, a reconstrução histórica de dois agrupamentos do movimento social, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, e, num segundo momento, será empreendida uma análise do discurso desses dois agrupamentos, procurando entender como os descendentes de africanos organizaram e articularam um movimento de resistência e consciência negra marcado pelo combate ao racismo e à inserção marginal no quadro republicano do país.

### **Palavras-chave**

Descendente de africano; negro; relações raciais; movimento negro.

### **Abstract**

*The present article has as its axis approach a theme under-explored by historiography: the struggle of the slave descendants and general black people descendants, in the period immediately after slavish abolition, for conquering full citizenship in Brazilian society. In order to make it possible, we have put in practice, in a first moment, the historical reconstruction of two black people movement entities, the Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, trying to understand how the slave descendants have organized and articulated a huge movement of black resistance and conscious characterized by the combat against racism and the marginal inclusion in the Republican picture of the country.*

### **Keywords**

*Black people; black features; racial relationships; racism; black movement.*

Interrogado a respeito do problema dos contatos raciais em nosso país, o Dr. Jael de Oliveira Lima desenvolveu longas considerações, que resumimos:

No Brasil não existe um problema racial. Aqui vivem harmoniosamente pessoas de todas as raças, misturando sangue, suor e trabalho para o bem comum da Pátria.<sup>1</sup>

Entretanto:

São Paulo é um estado onde freqüentemente testemunhamos práticas racistas. Não faz muito tempo, quando em excursão artística por várias cidades do interior desse estado, o grande cantor negro Edson Lopes não pôde fazer a barba em certo salão por causa da sua cor. Outro dia foi a vez do popular artista radiofônico Luiz Gonzaga que teve sua entrada barrada no auditório de uma emissora bandeirante porque a cor de sua epiderme não o recomendava. Podíamos enfileirar exemplos e mais exemplos demonstrativos do quanto estamos ainda longe de atingir aquela igualdade de fato assegurada pela igualdade de direito das nossas leis e da Constituição em vigor! Os casos de intolerância racial e de cor ultimamente se repetem num ritmo alarmante.<sup>2</sup>

O primeiro fragmento de texto citado é uma entrevista concedida ao jornal *Qui-lombo*, em janeiro de 1950, pelo empreiteiro branco Jael de Oliveira Lima. O discurso desse carioca, segundo o qual “no Brasil não existe problema racial”, expressava o pensamento racial dominante do país. As elites faziam questão de se vangloriarem da suposta ausência de práticas discriminatórias em terra *brasilis*, cuja história teria sido marcada pela “democracia racial”. Por essa perspectiva, vivíamos numa espécie de paraíso racial, com negros e brancos irmanados em regime de fraternidade e igualdade de oportunidades.

Já o segundo fragmento de texto é uma denúncia do mesmo número do jornal, *Qui-lombo*, de dois casos de racismo: o primeiro atingiu o “grande cantor negro” Edson Lopes, que “não pôde fazer a barba em certo salão” do interior paulista. A outra vítima de prática discriminatória foi o “artista popular” Luiz Gonzaga, que teve sua “entrada barrada no auditório de uma emissora bandeirante” por causa de sua “cor”. Esses dois episódios não foram casos isolados; pelo contrário, retrataram a situação de preterimento do negro, não só em São Paulo, mas em outros Estados, como o Rio de Janeiro. O “homem de cor”, como se dizia na época, era impedido de entrar em estabelecimentos de lazer (cinemas, teatros, clubes, times de futebol, bailes em casas noturnas), de ingressar em instituições educacionais e/ou religiosas (escolas, orfanatos, congregações), de ser atendido por casas prestadoras de serviço (barbearias, hotéis, restaurantes, lojas comerciais, hospitais), de ser aceito por repartições públicas e corporações militares (como a Guarda Civil, em São Paulo, até a década de 1930) e de participar de processo seletivo para ingresso no quadro funcional de empresas industriais. Portanto, a sancionada “democracia racial” não passava de um embuste, ou seja, de um discurso falsificador da realidade, construído pelas

elites para ocultar o racismo à brasileira que impedia a “integração do negro na sociedade de classes”.

Para reverter esse quadro de restrições ou violações de direitos no pós-Abolição, os descendentes de africanos de São Paulo fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, e os descendentes de africanos do Rio de Janeiro criaram o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. Esses dois agrupamentos do movimento social procuravam combater o racismo e lutar para que o negro brasileiro conquistasse o pleno exercício da cidadania. A proposta deste artigo é, primeiro, recuperar a experiência de sujeitos coletivos ainda poucos visíveis na historiografia; segundo, fazer uma breve análise de discurso da FNB e do TEN, demonstrando como essas organizações desenvolveram uma capacidade de resistência, organização e luta na ordem republicana do país.

*Frente Negra Brasileira (1931-37): a entrada do movimento negro organizado no cenário político republicano*

Com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder no Brasil. Abriu-se uma conjuntura de polarização política no país. As forças políticas se mobilizaram em duas frentes: as da esquerda, na Aliança Nacional Libertadora (ANL) e as da direita, na Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos das elites não incluíam em seus programas a luta a favor dos descendentes de africanos. Abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, os negros paulistas criaram, oficialmente, no dia 16 de setembro de 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB), no salão das Classes Laboriosas.<sup>3</sup> Do núcleo originário, faziam parte Isaltino Veiga dos Santos, Francisco Costa Santos, David Soares, Horário Arruda, Alberto Orlando e Gervásio de Moraes. No dia 12 de outubro, em assembléia realizada no mesmo local de fundação, “perante mil e tantos negros”, foi lido e aprovado o Estatuto, que estabelecia:

Artigo 1 – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação dos seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira.

Artigo II – Podem pertencer à “FRENTE NEGRA BRASILEIRA” todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional.

Artigo III – A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física: assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.

Parágrafo único – Para a execução do Artigo III, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esporte dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.<sup>4</sup>

A nova organização cresceu rapidamente. Os métodos de arregimentação passavam pela afirmação racial: “Negro, não te envergonhes de ser negro! Alista-te nas fileiras fren-tenegrinas, si é que queres elevar o nível moral e intelectual do negro”.<sup>5</sup> O orgulho racial despertado pela nova entidade fez com que seus associados (que eram chamados de fren-tenegrinos) se sentissem negros diferenciados dos “irmãos de cor”. Mais do que “evoluídos”, eles se portavam como uma espécie de elite negra. Em 27 de maio de 1932, a FNB contabilizava possuir em seus quadros da capital 15.000 sócios.<sup>6</sup> Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a entidade reuniu no seu auge 30.000 filiados, somando os efetivos de todas delegações (“filiais”). Na verdade, existe uma polêmica sobre essa questão. As estimativas mais moderadas apontam 6.000 filiados em São Paulo;<sup>7</sup> já as previsões mais exageradas indicam 200.000 filiados para todo o país.<sup>8</sup> Em 1936, a entidade contava com mais de 60 delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de manter certo contato com organizações de mesmo nome no Rio Grande do Sul e na Bahia. Elizabeth Larkin Nascimento ainda indica a existência de delegações da Frente Negra no Maranhão e em Sergipe,<sup>9</sup> mas não apresenta nenhuma evidência que ateste essa informação. Os artigos 6º e 7º do estatuto definiam a estrutura administrativa da agremiação:

Artigo VI – A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA” é dirigida por um “GRANDE CONSELHO”, soberano e responsável, constando de 20 membros, estabelecendo-se dentro dele o Chefe e o Secretário, sendo outros cargos necessários preenchidos a critério do Presidente. Este Conselho é ajudado em sua gestão pelo Conselho Auxiliar, formados pelos cabos distritais da Capital.

Artigo VII – O Presidente da “FRENTE NEGRA BRASILEIRA” é a máxima autoridade e supremo representante da “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, e sua ação se limita pelos princípios que a orientam.<sup>10</sup>

A organização da FNB apoiava-se numa estrutura vertical de comando, constituída pelo “Presidente” (também conhecido com “Chefe”) e auxiliado pelo “Grande Conselho”. Porém, na prática, a figura do “Chefe” tinha poderes quase supremos. Além dos cargos de direção, a estrutura administrativa era completada pelos cabos, comissários e fiscais. Na entidade, imperava uma rigorosa hierarquia e disciplina sobre os afiliados. Provavelmente, essa filosofia organizativa foi inspirada nas doutrinas autoritárias em voga. Não havia eleições internas. Em seu período de vida, a Frente Negra teve dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos, que abdicou do cargo em junho de 1934, sendo substituído por Justiniano Costa.

A Frente Negra criou uma série de símbolos diacríticos (carteira de identidade, contendo foto e dados pessoais do filiado; uniforme para alguns departamentos; bandeira e hino), a fim de garantir visibilidade para suas ações, gerar uma identidade específica para seus associados e, ao mesmo tempo, adquirir credibilidade no seio da população negra e na sociedade em geral. A organização também criou uma milícia: “Toda a mocidade fretenegrina deve alistar-se para fazer parte da Milícia Fretenegrina que defenderá a Sociedade e a Pátria contra os extremistas”.<sup>11</sup> Segundo Regina Pahim Pinto, a “milícia não usava armas, mas tinha um grupo de capoeira e um grupo de linha de frente, uma espécie de segurança”.<sup>12</sup> Todo trabalho da militância era voluntário. A principal fonte de recurso da entidade era proveniente da mensalidade dos associados. Para organizar sua atuação em diversas áreas, ela se dividia nos seguintes departamentos:

a) *Instrução ou de Cultura*, responsável pela área educacional. A entidade criou uma escola com biblioteca, oferecendo curso primário e de alfabetização de adultos.<sup>13</sup> Ao se estruturar, a escola passou a receber apoio do governo do Estado, que comissionou duas professoras negras para ministrar aulas lá;<sup>14</sup> b) *Musical*, organizava cursos e atividades musicais. Mantinha o grupo musical Regional Fretenegrino, que se apresentava nas festas da entidade e em alguns programas de rádio da cidade; c) *Esportivo*, organizava as atividades desportivas, como competições, torneios e jogos. Mantinha um time de futebol, o Fretenegrino Futebol Clube,<sup>15</sup> bem como uma escola de cultura física;<sup>16</sup> d) *Médico*, oferecia serviços médicos e odontológicos para seus associados;<sup>17</sup> e) *Imprensa*, responsável pela publicação do jornal da entidade, o *A Voz da Raça*. Quanto a esse periódico, foi lançado em março de 1933 e era destinado à “publicação de assuntos referentes ao negro, especialmente. Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e sempre, os interesses e comunhão de idéias da raça, porque outras folhas, aliás veteranas, têm deixado de os fazer”.<sup>18</sup> O jornal era o órgão oficial de divulgação dos ideais da entidade. Com tiragem de 1.000 a 5.000 exemplares, chegou a ser lido no exterior, como no continente africano e nos Estados Unidos. Era mantido com recursos da entidade e dos anunciantes; f) *Artes e Ofícios*, encarregado pela seção de marcenaria, pintura, corte e costura e serviços de pedreiro, eletricista, entre outros.<sup>19</sup> Oferecia também curso de artes e ofícios; g) *Dramático*, mantinha um grupo teatral que regularmente apresentava espetáculos. Chegou até a montar um corpo cênico infantil. Já a Comissão de Moços organizava eventos sociais, como bailes, convescotes, chás e festivais;<sup>20</sup> h) *Jurídico-Social*, tratava de assuntos ligados ao direito à cidadania do negro, isto é, procurava defender os negros quando seus direitos civis fossem violados; i) *Doutrinário*, responsável pela formação doutrinária, com cursos, palestras aos domingos (as famosas “domingueiras”) e orientação cívica a seus filiados.

Consoante Marcelino Félix, existiu ainda o Departamento de Colocações Domésticas, cuja finalidade principal era garantir a inserção da frentenegrina no mercado de trabalho doméstico da cidade, como “faxineiras”, cozinheiras, copeiras, lavadeiras.<sup>21</sup> Devido à respeitabilidade conquistada pela FNB, muitas famílias tradicionais só procuravam contratar as mulheres indicadas pela entidade. Um outro objetivo do Departamento era assegurar os direitos trabalhistas das domésticas.

No casarão da Rua da Liberdade, 196, onde sua sede estava localizada, a FNB mantinha um bar, salão de beleza com barbeiro e cabeleireiro, salão de jogos, oficina de costura, posto de alistamento eleitoral e uma caixa beneficente, criada para ajudar os associados, prestando-lhes auxílio médico, hospitalar, farmacêutico e funerário.

As mulheres cumpriam um papel estratégico no movimento negro. Segundo um antigo dirigente, Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente (Negra) a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”.<sup>22</sup> Desconsiderando os exageros de Francisco Lucrécio, as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos.

A Frente Negra era prestigiada entre os negros de um modo geral, que “a procuravam para resolver problemas de moradia, de emprego”.<sup>23</sup> Uma das campanhas da FNB foi justamente incentivar o negro a adquirir terreno nos bairros da periferia e construir a sua casa própria. No decorrer de sua história, a FNB sofreu algumas cisões, sem, contudo, colocar em xeque sua forte estrutura organizativa. Na primeira, em 1932, os dissidentes fundaram o Clube Negro de Cultura Social; na segunda, também em 1932, criaram a Legião Negra e, na terceira, em 1933, os dissidentes edificaram os alicerces da Frente Negra Socialista.

Apesar de uma visão *racialista* de luta política a favor da causa negra, a FNB não era sectária. Permanentemente, buscou o apoio político e estabeleceu alianças pontuais com autoridades públicas, escritores e intelectuais brancos. A entidade promoveu várias atividades para esse fim; em algumas delas, contou com a presença de Artur Ramos, Cassiano Ricardo, e dos modernistas Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia. Havia necessidade de se legitimar e a política de aproximação com o meio branco, em alguns momentos, surtiu efeito positivo. A entidade também era prestigiada pelas autoridades públicas da área militar. Na solenidade de seu 4º aniversário, compareceram os representantes do Secretário de Justiça e do comandante da 2ª Região Militar. Em 18 de março de 1933, o jornal *A Voz da Raça* trazia uma foto que registrava “o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, em companhia do Sr. Isaltino B. Veiga dos Santos, Secretário Geral

da FNB., logo após a audiência especial, concedida à Frente Negra Brasileira, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis”.<sup>24</sup> Amiúde, a Frente Negra fazia elogios a Getúlio Vargas, fosse porque ambos defendiam um projeto político nacionalista, fosse porque seu governo foi o primeiro que demonstrou sensibilidade para o “problema do negro”, acatando algumas reivindicações que a entidade lhe apresentou.<sup>25</sup>

Todavia, a postura ordeira não dirimia as desconfianças que pairavam sobre a FNB. A Delegacia de Ordem Política e Social (Deops), por exemplo, realizava um trabalho permanente de vigilância sobre ela. Seus agentes policiais se infiltravam na entidade e redigiam relatórios periódicos das suas atividades:

Ilmo Sr. Dr. Delegado de Ordem Política

Dos investigadores 32 a 252

Cumpre-nos comunicar-vos que na sede da “Frente Negra Brasileira”, realizou-se ontem, à noite, uma sessão comemorativa à data da abolição da escravatura.

Com a presença [de] avultado número de sócios, a sessão foi aberta às 22 horas pelo presidente da F.N.B., Sr. Justiniano Costa, que em seguida passou a palavra ao Sr. Francisco Lucrécio, secretário geral.

Em seguida falou o Sr. Arlindo Veiga dos Santos, que discorreu sobre o valor do negro livre, citando fatos históricos alusivos à extinção da escravatura negra no Brasil.

Nessa reunião foram inaugurados também os retratos de Luís Gama e Henrique Dias. Falaram ainda alguns membros de menor destaque, sendo os discursos entremeados de números literários.

A sessão foi encerrada a uma hora da madrugada, sendo em seguida iniciado um programa recreativo. Em, 14/05/1937.<sup>26</sup>

Na realidade, a própria Frente Negra colaborava com o regime de repressão política do Governo Vargas. Para transmitir uma imagem de “pacífica e ordeira”, ou seja, de que era uma entidade insuspeita, freqüentemente comunicava e/ou pedia autorização ao Deops para a realização de uma série de eventos, como foi o caso do ofício assinado pelo seu Secretário-Geral, Isaltino Veiga dos Santos, em 8 de maio de 1933:

Exmo. Sr. Dr. Armando Franco Soares Caiuby – D. E. Delegado da Ordem Social

A Frente Negra Brasileira, por intermédio da sua comissão de Propaganda fará realizar no dia 11 do corrente, no salão da Liga Lombarda, situado no Largo de São Paulo n.º 18, uma importante reunião pública, na qual serão expostos os trabalhos desta agremiação no curto lapso de tempo de sua existência.

Assim sendo a F.N.B. sente-se orgulhosa em convidar V. Excia, para a referida reunião. Esperando merecer a honra de sua aquiescência ao nosso convite, subscrevemo-nos, com a mais elevada estima e distinta consideração.

Pela Frente Brasileira.<sup>27</sup>

Devido à sua projeção e ao descaso dos partidos políticos tradicionais para a “questão racial”, a Frente Negra transformou-se em partido político em 1936. Do ponto de vista

ideológico, a entidade defendia um projeto autoritário e nacionalista.<sup>28</sup> Arlindo Veiga dos Santos – o primeiro presidente da FNB –, por exemplo, era radicalmente contrário à democracia e constantemente fazia apologia do fascismo europeu. E não era apenas Arlindo Veiga dos Santos que demonstrava afinidade com os regimes autoritários em ascensão na Europa, sobretudo o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha; muitos líderes negros vinculados à Frente Negra faziam declarações públicas favoráveis a esses regimes. Chegou-se, inclusive, a elogiar a invasão da Etiópia pela Itália de Mussolini.<sup>29</sup>

Em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo, a Frente Negra Brasileira, assim como todos os partidos políticos, foi extinta. Na verdade, a antiga entidade foi obrigada a mudar seu caráter, transformando-se na União Negra Brasileira, que sobreviveu por aproximadamente um ano. O fechamento da Frente Negra causou uma sensação de frustração no movimento negro em São Paulo.

*Teatro Experimental do Negro (1944-68):  
o precursor do movimento da negritude no Brasil*

Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado no Rio de Janeiro, em 1944, no quadro político marcado pela crise e fim do Estado Novo. Essa conjuntura foi caracterizada pelo espírito renovador e democratizante do país, a qual se refletia nas novas experiências culturais e intelectuais. Para seus fundadores (Abdias do Nascimento, Aguiinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves), o TEN significou um ato de protesto pela ausência do negro nos palcos brasileiros. Havia uma tradição, nos espetáculos teatrais, de pintar o ator branco de preto para representar personagens negros.<sup>30</sup> Assim, a proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, dedicado a encenar peças nas quais esses atores pudessem revelar todo seu potencial artístico. O aparecimento público do TEN, porém, foi marcado por críticas dos setores mais conservadores da sociedade, como foi o caso do jornal *O Globo*, que em seu editorial intitulado “Teatro negro”, alinhavava:

Uma corrente defensora da cultura nacional e do desenvolvimento da cena brasileira está propagando e sagrando a idéia da formação de um teatro de negros, na ilusão de que nos advenham daí maiores vantagens para a arte e desenvolvimento do espírito nacional. É evidente que semelhante lembrança não deve merecer o aplauso das figuras de responsabilidade, no encaminhamento dessas questões, visto não haver nada entre nós que justifique essas distinções entre cena de brancos e cenas de negros.

[...] Sem preconceitos, sem estigmas, misturados e em fusão nos cadinhos de todos os sangues, estamos construindo a nacionalidade e afirmando a raça de amanhã.<sup>31</sup>

Apesar das resistências de alguns setores da opinião pública, o TEN conseguiu agitar, pelo menos por uma década, a cena teatral do Rio de Janeiro, bem como “conseguiu,



em grande parte de sua produção, construir uma linguagem dramática alternativa”.<sup>32</sup> A estréia nos palcos aconteceu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 8 de maio de 1945, com a peça *O Imperador Jones*, do consagrado dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill, Prêmio Nobel da Literatura. O grupo só conseguiu apresentar-se no prestigiado Teatro Municipal devido à intervenção do presidente Getúlio Vargas. Durante um encontro do presidente com a classe teatral, Abdias do Nascimento teria feito um discurso denunciando o Teatro Municipal de “fortaleza do racismo”. Sensibilizado, Getúlio Vargas deu ordens que permitiram a apresentação do TEN no local.<sup>33</sup> Já no ano de 1946, um grupo inspirado no TEN foi fundado em São Paulo, e várias peças foram montadas, dentre as quais destacaram-se *O Cavalo e o Santo e Filha Moça*, de Augusto Boal, *João sem Terra*, de Hermilo Borba Filho e *O Mulato*, de Langston Hughes.

Com o tempo, o TEN não se restringiu a desenvolver atividades culturais, pois adquiriu uma dimensão mais ampla de atuação no campo político e social.<sup>34</sup> Ainda em 1948, iniciou a publicação do jornal *Quilombo*, que funcionava como veículo de divulgação das idéias do grupo. Por isso, estampava em diversos números um programa que visava *Trabalhar pela valorização do negro brasileiro em todos os setores social, cultural, educacional, político, econômico e artístico*. Para atingir esses objetivos, o *Quilombo* propõe-se:

- 1 - Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensinam a teologia, a filosofia e a ciência;
- 2 - Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constitui motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;
- 3 - Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;
- 4 - Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;
- 5 - Pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1910.<sup>35</sup>

O programa citado possui algumas reivindicações que eram avançadas para a época. Um exemplo disso é o ponto três do programa, o qual evoca a implementação de políticas de “ações afirmativas” em benefício da população negra na área da educação. O princípio básico de tais políticas era exigir que o Estado brasileiro garantisse a igualdade racial, compensando um grupo específico aliado do progresso educacional. Já o ponto quinto

do programa era uma reivindicação a favor da criação de uma lei que tornasse o racismo crime previsto no código penal, nos moldes como transcorria em alguns países (como EUA e Cuba).

Colocado a serviço da luta cotidiana, o jornal *Quilombo* frequentemente fazia denúncias de discriminação racial, como nos casos de casas beneficentes, de caridade e orfanatos, que exigiam das pessoas “a cor branca” como pré-requisito para serem atendidas. Da mesma maneira, algumas instituições de ensino foram repudiadas, pois não aceitavam a matrícula de estudantes negros.<sup>36</sup>

O jornal manteve diálogo com algumas personalidades africanas e afro-americanas de prestígio no movimento negro internacional, como Langston Hughes, Alioune Diop, Katherine Dunham, George Schuyler e Ralph Buche; trocou correspondência com o periódico *Présence Africaine* em Paris e Dakar.<sup>37</sup> No *Quilombo* de janeiro de 1950, na sua sessão Cartas, publicou-se uma carta da África: “De Luanda, escreve-nos o leitor Thomé Agostinho da Neves, advogado e jornalista, felicitando-nos pela orientação deste jornal”. Nesse mesmo número, o jornal traduziu uma matéria que foi publicada no jornal estadunidense *The Pittsburgh Courier*, de 24 de setembro de 1949. Intitulada “Quilombo nos Estados Unidos”, era assinada por George Schuyler: “Aos colégios negros e escolas superiores onde existem cursos de línguas latinas, eu desejo concitar que assinem esse destacado periódico Negro, como um auxílio aos seus estudantes”.<sup>38</sup>

Em 1949, ocorreu uma dissidência no TEN. Descontentes com a orientação artística do grupo, Haroldo Costa e outros integrantes resolveram criar uma nova companhia teatral, denominada primeiramente Grupo dos Novos, em seguida, Teatro Folclórico Brasileiro.<sup>39</sup> Nesse mesmo ano, o TEN criou o Instituto Nacional do Negro (INN), um departamento de estudo e pesquisa sob a coordenação do sociólogo Guerreiro Ramos. No ano seguinte, em 1950, foi implementado mais um novo projeto: “O Instituto Nacional do Negro, que é o departamento de pesquisas e estudos do Teatro Experimental do Negro, inaugurou no 19 de janeiro o seu novo órgão, o Seminário de Grupoterapia”.<sup>40</sup>

O escopo dos seminários de *grupoterapia* era habilitar pessoas capazes de organizar grupos de teatro voltado para a conscientização racial e eliminação dos complexos emocionais da “gente de cor” nos morros, terreiros e associações específicas, utilizando o psicodrama – um método terapêutico que produz efeitos catárticos no indivíduo.

Uma outra preocupação do TEN era de promover a denúncia dos “equivocos e da alienação dos estudos sobre o afro-brasileiro”.<sup>41</sup> O intuito era fazer com que o negro deixasse a condição de objeto e passasse a ser sujeito dinâmico desses estudos. Mais ainda: que as tradicionais abordagens “antropológicas e folcloristas” (típicas dos Congressos Afro-Brasileiros do Recife, em 1934, e da Bahia, em 1937) fossem substituídas por pes-

quisas engajadas na busca de soluções para o “problema do negro”. Nessa perspectiva, o TEN colaborou com a Convenção Nacional do Negro, em 1945, em São Paulo, e, em 1946, no Rio de Janeiro (tendo como uma das principais resoluções aprovadas a defesa de uma legislação antidiscriminatória), e organizou os seguintes eventos: a Conferência Nacional do Negro, em 1949; o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 (reunindo intelectuais do naipe de Edson Carneiro, Darcy Ribeiro e Roger Bastide), e a Semana do Negro, em 1955.<sup>42</sup>

Ainda em 1950, o TEN articulou a candidatura de Abdias do Nascimento para as eleições municipais no Rio de Janeiro, o que foi suficiente para provocar reação do jornal *O Globo* que, mais uma vez, condenava a iniciativa dos descendentes de africanos:

De algum tempo para cá, vem-se constituindo correntes preocupadas em dar aos negros uma situação à parte. Com isso procura-se dividir, sem resultados louváveis. Teatro negro, jornal dos negros, clubes dos negros... Mas isso é imitação pura e simples, de efeitos perniciosos. Agora já se fala mesmo em candidatos ao pleito de outubro. Pode-se imaginar um movimento pior e mais danoso ao espírito indiscutível da nossa formação democrática? Vale a pena combatê-lo, desde logo, sem prejuízo dos direitos que os homens de cor reclamam e nunca lhe foram recusados. Do contrário, em vez de preconceitos de brancos termos, paradoxalmente, preconceitos de pretos.<sup>43</sup>

Essa foi a fase mais importante do grupo, quando adquiriu sede própria, fundou o Museu do Negro,<sup>44</sup> encenou algumas montagens nos grandes teatros do Rio de Janeiro e realizou concursos de beleza. Uma das iniciativas de maior repercussão foram os concursos para a eleição da “Rainha das Mulatas” e da “Boneca de Pixe”, que tinham como objetivo:

[...] proporcionar às mulheres negras uma oportunidade de se projetarem socialmente, de se valorizarem através dessa demonstração pública, em grande estilo, dos seus predicados, de suas virtudes, da sua vivacidade mental, graça, elegância e, sobretudo, de sua integração no que há de mais categorizado em matéria social.<sup>45</sup>

Portanto, o objetivo desses concursos era valorizar a beleza da mulher negra e denunciar o racismo dos tradicionais concursos de misses que aconteciam no país. A iniciativa fez relativo sucesso no meio negro. Em 1968, a entrega do prêmio “Rainha das Mulatas” contou com a presença de Henri Senghor, embaixador do Senegal e sobrinho do Presidente daquele país, Léopold Senghor, uma das principais lideranças do movimento internacional da *negritude*.

Cumprido salientar que as mulheres tiveram importância na organização da luta antirracista levada a cabo pelo TEN, nas diversas esferas de atuação. Entre os primeiros quadros da entidade, encontravam-se Arinda Serafim, Marina Gonçalves e Ruth de Souza. O jornal *Quilombo* reservava uma coluna específica, intitulada “Fala Mulher”, cuja articulista,

Maria Nascimento, procurava ser porta-voz dos anseios da mulher negra. De acordo com Nascimento, o TEN impulsionou, a partir de 1950, a construção de duas organizações com recorte de gênero: a Associação das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Esta última desenvolvia um trabalho educacional (com cursos infantis de dança, canto, música e teatro de bonecos, jardim de infância, cursos de alfabetização, curso de corte e costura, tricô, bordado e datilografia) e assistencialista, “ajudando a comunidade negra na solução de problemas básicos, como a obtenção de certidões de nascimento, carteiras de trabalho e serviços jurídicos”.<sup>46</sup>

Em 1955, o TEN promoveu um concurso de artes plásticas sobre o tema Cristo Negro, o que provocou repercussão na grande imprensa. *O Jornal do Brasil*, em editorial de 26 de junho de 1955, manifestava sua indignação ante a proposta do evento: “Essa exposição que anuncia deveria ser proibida como altamente subversiva. As autoridades eclesiais devem, quanto antes, tomar providências para impedir a realização desse atentado feito à Religião e às Artes”.<sup>47</sup>

Em 1961, o TEN publicou a antologia *Dramas para Negros e Prólogo para Brancos*, com nove peças escritas, fundamentalmente, para desenvolver uma dramaturgia negra no país. A antologia incluía as seguintes peças: *O Filho Pródigo*, de Lúcio Cardoso, *O Castigo de Oxalá*, de Romeu Crusoé, *Auto da Noiva*, de Rosário Fusco, *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento, *Além do Rio*, de Agostinho Olavo, *Filhos de Santo*, de José de Moraes Pinho, *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, *Anjo Negro*, de Néelson Rodrigues e *O Emparedado*, de Tasso de Silveira. O TEN foi o primeiro movimento cultural a incursionar no desenvolvimento de uma estética dramática centrada na vida do negro brasileiro.

O grupo desenvolveu suas atividades no bojo do movimento internacional da *negritude*, que alimentava ideologicamente a crescente mobilização dos negros da diáspora e do continente africano, quer nos protestos a favor dos direitos civis dos afro-americanos nos EUA, quer nas lutas pela libertação nacional dos povos africanos após a Segunda Guerra Mundial. Adaptada ao contexto brasileiro, a ideologia da *negritude* significou a afirmação de um novo referencial cultural. Em entrevista concedida a Christine Douxami,<sup>48</sup> Abdias do Nascimento argumenta que, naquele período, trocava correspondência com um dos principais ativistas do movimento da *negritude* que morava em Paris, Alioune Diop, também fundador de um teatro negro naquela cidade e um dos criadores da revista *Présence Africaine*.

Já na década de 1950, o TEN deu os primeiros sinais de crise. Após a instauração da ditadura militar, em 1964, a crise foi intensificada. Apesar das dificuldades, ainda foi possível levar a cabo um projeto pedagógico: o Museu de Arte Negra. Nessa época, o grupo foi censurado e acusado de pregar o conflito racial. Resultado: foi praticamente extinto. Em

1968, seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o auto-exílio nos Estados Unidos da América, semanas antes da promulgação do Ato Institucional nº. 5(AI-5).

*O contradiscurso de resistência da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro*

Nessa segunda etapa de nosso escrito, a pretensão é fazer uma perfunctória análise de discurso da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, mediante uma amostragem de textos que expresse qualitativamente o pensamento e os dilemas das duas entidades. Seguiremos as sugestões metodológicas de Maria Luiza Tucci Carneiro, para quem “o estudo do discurso pode nos fornecer condições de penetrar na consciência dos homens, explicar suas condutas e as relações que mantém com os demais grupos sociais e étnicos. A linguagem nos revela os papéis assumidos, transformando-se em forma de representação mental”.<sup>49</sup> Aplicaremos tal abordagem, inicialmente, nos discursos produzidos pelas lideranças da Frente Negra Brasileira. O primeiro texto a ser examinado é um editorial do jornal *A Voz da Raça*. Chamado “Preocupação de proteger a estrangeiros”, tinha como postulado básico a xenofobia e a defesa do trabalhador negro:

Prolifera desastrosamente no Brasil, especialmente nesta terra de São Paulo uma doença grave: a mania de proteger exageradamente o estrangeiro.

Parece que, quando se levanta uma campanha de saneamento nacional contra “hóspedes” imorais, exploradores, ladrões, anarquistas, comunistas, logo a preocupação dos jornais é defender os bandidos, os ladrões, os indesejáveis que enchem a nossa Terra, que tão feliz era quando não havia tanto explorador, tanto sem vergonha, tantos desmoralizadores dos nossos costumes, tantos anarquizadores de nossa religião.

Vêm aqui, estrangeiros, arrogam-se direitos iguais aos nossos, metem-se na política nacional como filhos da terra, fazem atos reprováveis, criticam-nos em seus jornais, dizem desaforos contra nós dentro de nossa casa, mandam reportagens desaforadas para a sua terra, cospem no prato em que comem.

Em São Paulo, há uma infinidade de negros desempregados: os lugares são ocupados por estrangeiros. Há patrões e chefes de obras, estrangeiros que, sistematicamente, não contratam operários brasileiros, sobretudo se são operários negros.

Casas estrangeiras há aqui que despedem empregados nacionais e mandam buscar no exterior “patrícios” para encrencar as nossas vidas. Agora, por exemplo, estamos sendo invadidos pelos judeus.

Outras empresas estrangeiras, pagam menos ao nacional que ao seu “patrício”, as vezes solene cavalhada... [...] Por que não sindicam o Srs. Deputados a situação do trabalhador nacional? Do negro, por exemplo... Por que não se ergue uma voz dos nossos “representantes” contra as injustiças que o negro sofre continuamente?! [...]

Vá o “gangster” a sua terra, e escreva as impressões “maravilhosas” sobre o Brasil, como quase todos... sobre este país de “negros imbecis”, como disse há pouco um francês.

Talvez um dia o brasileiro, com tanta lição, deixará de sentimentalismos a favor de piratas estrangeiros.<sup>50</sup>

O editorial é uma denúncia do quadro de exclusão social do negro em São Paulo no pós-Abolição, pretensamente desencadeado com a entrada em massa de estrangeiros no início do século XX. O discurso xenófobo tem como um dos eixos centrais fabricar uma imagem negativa e estereotipada do estrangeiro, o qual é rotulado de pirata e *gangster*. Pelas próprias palavras que nomeia o artigo, havia uma “preocupação de proteger estrangeiros”, que, supostamente, cuspiam no prato que comiam, discriminando uma das matrizes da nacionalidade: a “população de cor”. Nesse cenário, os imigrantes seriam preconceituosos e estariam desqualificando os negros em sua própria terra. Não deixa de ser exalada uma certa dose de anti-semitismo contra os judeus, que estariam, da mesma maneira, invadindo o país.

Ao contrário do que acontecia com os imigrantes europeus, não havia políticas públicas em benefício da “gente negra”. Pelo discurso do colonista, o patronato estrangeiro “sistematicamente” repelia o trabalhador nacional – sobretudo o negro. No seu lugar, empregava-se o compatriota europeu, contribuindo, dessa maneira, para agravar o drama de milhares de patricios desempregados. Por esse prisma, o negro não estava despreparado ante os novos desafios profissionais do sistema ocupacional paulista no início do século XX, assim como não era nenhum vagabundo indolente. O clima retratado é quase conspiratório. O artigo leva a pensar que a marginalização do trabalhador negro não se operou por sua livre e espontânea vontade individual, porém foi obra de uma política mais geral de contratação de mão-de-obra fundada no banimento do ex-escravo e de seus descendentes. Em outras palavras, a população de descendentes de africanos não foi culpada pelo seu estado de exclusão, mas vítima de práticas discriminatórias no emergente mercado de trabalho livre.

Já no artigo batizado de “Basta de exploração!!!”, Arlindo Veiga dos Santos expõe a posição autoritária da Frente Negra, indicando de que maneira o regime nazista devia ser um exemplo a ser seguido pelo Brasil, em matéria de projeto nacional de política racial:

Que nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro? Isso mostra unicamente que a Alemanha Nova se orgulha da sua raça. Nós também, nós Brasileiros, temos RAÇA. Não queremos saber de ariano. QUEREMOS O BRASILEIRO NEGRO E MESTIÇO que nunca traiu nem trairá a Nação.

Nós somos contra a importação do sangue estrangeiro que vem somente atrapalhar a vida do Brasil, a unidade da nossa Pátria, da nossa raça, da nossa Língua.

Hitler afirma a raça alemã. Nós afirmamos a Raça Brasileira, sobretudo no seu elemento mais forte: O NEGRO BRASILEIRO.

Arlindo Veiga dos Santos, Resposta a um boletim lançado pela canalha anarquista-comunista-socialista, que obedece aos patrões judeus e estrangeiros. Frentenegrinos! Negros em geral! A postos contra a onda estrangeira, que, além de vir tomar o nosso trabalho, ainda quer dominar, por um regime iníquo e bandalho, o Brasil dos nossos avós.<sup>51</sup>

O discurso de Arlindo Veiga dos Santos é uma declaração de princípio, marcado por um nacionalismo fundamentalista. Para o primeiro presidente da Frente Negra, não importava os meios, mas apenas os fins do nazismo: a valorização racial da Alemanha. Por isso, era irrelevante se Hitler conduzia a Alemanha por métodos racistas, pois a aversão ao “sangue negro” era interpretada como uma medida de orgulho patriótico, um gesto nacionalista, que visava, exclusivamente, proteger a raça (termo que também é empregado como sinônimo de povo) ariana. O projeto nacional do regime nazista era concebido de maneira tão positiva que, nós, brasileiros, deveríamos seguir o mesmo exemplo e aplicá-lo em nosso país, pelo menos no que dizia respeito à sua ideologia racial, ou seja, tínhamos que ter uma postura anti-semita, xenófoba, sermos refratários aos “arianos” e à entrada dos imigrantes – que colocavam em risco a unidade nacional e racial do país. Implantando um projeto nacional nos moldes nazistas conseguiríamos valorizar o autêntico brasileiro, o negro ou mestiço. Em suma, só com uma política nazista afirmaríamos a verdadeira raça brasileira, “sobretudo no seu elemento mais forte: o negro”.

Desta vez, Arlindo Veiga dos Santos utiliza-se do simbolismo da linguagem poética para protestar contra o estado de abandono e penúria que passou a viver a população negra em São Paulo no pós-Abolição. Na sua avaliação, o branco, seja nacional ou estrangeiro, era o principal responsável desse processo. A poesia, denominada “Fala de Negro Velho”, é narrada em primeira pessoa por um ancião – provavelmente ex-escravo –, que sente na pele todos os infortúnios derivados da marginalização:

Sabem quem sou? Negro-velho!  
Negro-Velho não tem nome.  
Antigamente fui tudo...  
Agora! O Negro nem come!  
[...]  
Sou Negro-Velho do eito  
Num tempo de mais carinho,  
Havia trabalho certo  
e era certo o feijãozinho.  
Quando hoje eu passo na rua,  
Ninguém me conhece mais;  
Veio outra gente de longe  
que hoje são os maiores.  
Apanhei muito em meu tempo,  
mas apanhei de patricio;  
Hoje, patricio e estrangeiro  
de me xingar têm o vício.  
  
“Olha o negro!” escuto sempre a  
minha inútil passagem.

Ninguém sabe quem eu sou...  
E saber... pra que vantagem?  
[...]  
Negro-Velho sem serviço  
Vive “cavando” ano inteiro.  
Todos dizem: Não há mais  
serviço pra Brasileiro!  
Pra isso que tanto sangue  
derramei no Paraguai!  
E quanto negro morreu  
sem soluçar nem um ai!  
[...]  
Quando me olham com desprezo,  
ao Negro-Velho capanga, sinto uma  
gana danada de me enfiar em  
pandenga.  
[...]  
Era pra isso a promessa?  
Para isso o sacrifício?  
Pra isso, da minha Gente  
Tanto, tanto desperdício?  
[...]  
Quero ver a gente antiga:  
Preto e branco juntamente.  
O branco de hoje – não presta!  
E o preto – não é mais gente!  
Meu coração, vendo tudo,  
para o perdão já não dá!  
E o negro-Novo, orgulhoso,  
no futuro o que fará?!...  
Sabem quem sou? – Negro-Velho!  
Negro-Velho não tem nome  
Fiz tudo pelo Brasil.  
Agora? – Morro de fome.<sup>52</sup>

A tônica da poesia é a linguagem metafórica. Ambientada no contexto do pós-Abolição, conta a saga de um “Negro-Velho” desprovido de nome. Nesse sentido, podemos inferir que se trata de um sujeito sem identidade ou de uma identidade perdida. Narrado em primeira pessoa, “Negro-Velho” personifica o eu coletivo, simbolizando o drama de um segmento racial. A crítica é sarcástica: antes, o negro seria o principal agente de trabalho e produtor de riqueza do país; depois “nem come”.

Pela ótica de Arlindo Veiga dos Santos, o negro tinha trabalho e o “feijãozinho” na época da escravidão; depois, tornou-se um ser invisível e esquecido. Para agravar a situação do “Negro-Velho”, o “patrício” branco teria se aliado ao imigrante para atacá-lo.



O resultado é que o “homem de cor” tornou-se um desvalido. O “branco” do contexto pós-escravidão “não presta”. Por isso, “Negro-Velho” sentia-se ludibriado e revoltado. Ludibriado porque, em que pese tanto sacrifício desinteressado pela nação, passara a ser vítima da discriminação do patronato, que não contratava o autêntico “brasileiro”: o próprio negro. E revoltado porque já não era mais tratado como “gente”.

Mas, no final, “Negro-Velho” reage, assumindo que já não é mais possível perdoar tanta injustiça, tanto sofrimento. E esse gesto de tomada de consciência – ainda que simbólico – é revelador, pois acena para o surgimento, na década de 1930, do “negro-Novo”, um negro nacionalista, com orgulho racial, espírito competitivo e adaptado ao estilo urbano de vida.

A citação seguinte é uma resposta à campanha ideológica de desmoralização movida contra a FNB: “a fundação da ‘Frente Negra Brasileira’ contribuirá não para separação de raças, mas para educar os seus próprios elementos envergonhados de sua origem, demonstrando-lhes que ter o sangue africano não é vilipêndio”.<sup>53</sup> A Frente Negra tinha um discurso conciliatório de combate ao racismo. Entretanto, era acusada por setores das elites, desde sua fundação, de insuflar o ódio racial, de promover o “racismo às avessas” e até mesmo de apregoar a separação entre as raças. Para evitar essa pecha, a entidade tinha uma preocupação permanente de responder aos ataques da opinião pública, fazendo um discurso em que se ressaltava, de um lado, a proposta assimilacionista e, de outro, o trabalho pedagógico de resgate da auto-estima do negro, conscientizando-o de que ter “sangue africano” não era “vilipêndio”.

O fragmento de texto seguinte foi um panfleto, escrito mais uma vez por Arlindo Veiga dos Santos. Distribuído “em mãos” para os filiados da Frente Negra, tinha a intenção de conscientizá-los sobre a posição nacionalista da entidade. O título que empresta nome ao texto, “Meus Irmãos Negros! Viva a Raça!”, já indicava para quem era endereçado o discurso:

Não vos submetais aos que vos querem vender qual mercadoria fácil e indefesa. Somos hoje, graças a Deus, independentes e livres dentro da nova ordem de coisas estabelecida pela Revolução de Outubro.

Quando demos apoio à Ditadura, ao Exército Nacional na pessoa do Sr. General Góes Monteiro e quando apoiamos o programa do Clube 3 de Outubro, não foi para sermos de novo escravos como desejam alguns que nos querem coarctar a liberdade, que nos querem vender aos interesses particulares: foi porque vimos que a Nação estava ameaçada pela voracidade dos partidistas ambiciosos, dos separatistas e bairristas e também dos internacionalistas, inimigos da Unidade da Pátria que é em suma parte obra dos Nossos Avós Africanos e Bugres, inimigos esses que acodem pelo nome nefando e criminoso de comunistas, quase todos estrangeiros, cujo jugo altivo e violentamente repetimos, quer se escondam sob o manto de “salvadores” dos operários cosmopolitas, quer ser esgarcem sob o título suspeito de amigos de lutas... de classes.<sup>54</sup>

O título do panfleto também era um jargão usado para a construção do orgulho racial. O panfleto exorta os fretenegrinos a não se passarem por mercadoria “fácil e indefesa”, pois, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, em 1930 (apontada pela metáfora “Revolução de Outubro”), teria se instaurado uma “nova ordem”, asseguradora da independência e liberdade. Arlindo Veiga dos Santos explica que o apoio da Frente Negra ao governo de Vargas era um gesto nacionalista, porque a nação – construída por negros e índios, sobretudo – estava ameaçada naquele instante por “partidistas, separatistas e bairristas”, além dos “criminosos” comunistas. Aliás, os comunistas são retratados como estrangeiros oportunistas que, a despeito de se apresentarem pelo manto de “salvadores dos operários” ou “amigos de luta”, seriam, na verdade, inimigos da “unidade da pátria”, da suposta comunhão nacional.

O próximo texto é um manifesto político, denominado “Frente Negra Brasileira”. Escrito por Isaltino Veiga dos Santos, foi publicado no *Diário da Noite*, jornal de ampla circulação nos meios populares em São Paulo. O uso de metáforas e hipérboles é uma constante. A visão maniqueísta segundo o qual o grupo étnico branco atentava contra a população negra pautava praticamente toda a argumentação:

Patrícios negros – intelectuais, operários, soldados e marinheiros – Alerta- Assistimos aos “patriotismos” dos representantes da mentalidade exploradora liberal-democrática falida e desmoralizada, as arruaças dos filhos da burguesia cheia de preconceitos e plutocracia, escravizadora dos nossos grandes avós e hoje aliada aos filhos inadaptados dos imigrantes, aliada aos estrangeiros de todas as procedências que nos exploraram, exploram e sopram paulistino caricato e estomacal.

Nós os negros, que mais sofremos no passado em virtude das ações infames dos pais dos “patriotas” que se mancomunaram com os perrepés por ódio a liberdade e que se uniram ao imigrante estrangeiro branco contra nós – nós negros, sejamos sempre fiéis ao nosso Brasil, obra gloriosa de nossos pais e avós, como sempre temos sido.

Nós negros é que em grande parte fizemos a riqueza econômica de São Paulo e do Brasil, riqueza sólida agrícola que não estava penhorada no prego. Nos que defendemos o Brasil nas guerras e revoluções, e na guerra de Independência e nos campos do Paraguai estávamos na proporção de 75 (setenta e cinco) por cento! Nós que temos padecido é que mais podemos falar! Nós que, com nossos irmãos cafusos e bugres, fomos a força das Bandeiras! Por isso Patrícios, somos os mais responsáveis pelo Brasil único e indiviso, que em suma, parte é obra nossa.

Nós negros temos de amar a nossa Obra! Nós não podemos trair o nosso Brasil! Traição façam os “patrícios” e o estrangeiro desleal que só quer comer e “fazer América”. Negros intelectuais, operários, soldados e marinheiros! Estejamos alerta contra os que se enriqueceram a nossa custa com o suor do nosso rosto, e agora, aliados aos estrangeiros e semi-estrangeiros bancam mártires.

Negros! De pé pelo Brasil e pela raça! Somos brasileiros! Só brasileiros!

Sejamos dignos dos nossos avós – Grande Conselho da Frente Negra Brasileira.<sup>55</sup>

Nesse manifesto, publicado pelo *Diário da Noite*, o primeiro ponto a ser destacado é que o discurso de Isaltino Veiga dos Santos é dirigido aos negros inseridos socialmente – intelectuais, operários, soldados e marinheiros – e não aos desvalidos, ou seja, aos párias da ordem vigente. Um segundo aspecto importante são os ataques desferidos contra o liberalismo e a democracia. Pelo discurso do Secretário Geral da Frente Negra, a única saída capaz de colocar ordem na pátria e garantir o progresso da nação seria a implantação de um projeto político autenticamente nacionalista, com viés autoritário. Só assim seria possível eliminar a ameaça representada pela união da burguesia brasileira com os imigrantes. Segundo Isaltino Veiga dos Santos, a burguesia brasileira era provida de uma mentalidade escravizadora; já seus aliados “estrangeiros de toda procedência” não passavam de exploradores.

Fica patente a produção de uma imagem negativa dos imigrantes e da burguesia brasileira que, por sinal, é considerada preconceituosa. O negro estaria sendo alvo de um plano desleal, porém deveria continuar manifestando seu orgulho nacionalista. Afinal, além de produtores históricos da riqueza econômica, teria sempre defendido o Brasil no campo de batalha, participado das míticas Bandeiras; ele foi o principal responsável “pelo Brasil único e indiviso”. O negro seria mais brasileiro do que qualquer outro segmento étnico branco. Por isso, devia continuar amando o país e não traí-lo, como os “patrícios” brancos alienados e o imigrante oportunista.

Ainda é possível fazer três observações de relevância: primeira, a evocação de um passado mítico: “sejamos dignos dos nossos avós”. Como herdeiros dos escravos, os negros deveriam trabalhar com ardor e sacrifício em prol da construção da riqueza deste país. Segunda observação, a negação da ancestralidade africana: “– somos brasileiros! Só brasileiros!”. Essa exclamação sinaliza como o movimento negro naquele instante era nacionalista e não tinha um discurso afrocentrista. O “homem de cor” tinha que se considerar apenas brasileiro e não afro-brasileiro, devendo, portanto, desvencilhar-se de sua herança africana. Terceira observação, o discurso de Isaltino Veiga dos Santos leva a pensar que os negros eram os agentes mais capazes (ou autênticos) para redimir todos os males e desvios da nação. Daí a convocatória de conotação salvacionista no final do manifesto: “Negros! De pé pelo Brasil e pela raça!”.

#### *O discurso de resistência do Teatro Experimental do Negro (TEN)*

Nesta seção, vamos continuar efetuando o mesmo exercício interpretativo, doravante, centrado nos discursos proferidos pelo Teatro Experimental do Negro. O primeiro documento a ser perscrutado é um fragmento de texto escrito por Guerreiro Ramos, um dos principais pensadores do grupo e cuja produção intelectual referente à “questão racial” in-

fluenciou um setor do movimento negro no Rio de Janeiro. Neste artigo, Guerreiro Ramos não só aponta as causas, mas propõe pretensas soluções para superar a marginalização do negro na sociedade brasileira do pós-Abolição:

A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro foi um avanço, sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Sócio-culturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania.

Assim para que o processo de libertação desta massa se positive é necessário reeducá-la e criar as condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive. A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sócio-cultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade.

É necessário instalar na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição adequada aos elementos da massa de cor que se adestrarem nos estilos de nossas classes dominantes.<sup>56</sup>

O primeiro aspecto que consideramos digno de nota é que Guerreiro Ramos sempre se refere ao negro como “massa”, como se fosse um povo amorfo, manobrável e desprovido de contradições. Esse termo é empregado quatro vezes em três parágrafos do artigo. O segundo ponto a ser salientado é que Guerreiro Ramos avalia, pelo menos no plano do discurso, que a “massa” negra egressa da escravidão era psicologicamente despreparada e precisava ser reeducada. No entanto, não se indica como seria empiricamente operado esse processo. A “reeducação” do negro é um clichê reiterado, assim como a defesa de “mecanismos integrativos de capilaridade social”. Capilaridade é uma palavra muito usada no sentido biológico, que remete à linguagem do corpo. O uso desse recurso é para demonstrar, simbolicamente, que o Brasil é um organismo deficiente ou incompleto, na medida em que não garantiu a efetiva integração social do negro no corpo da nação. Destarte, seria necessária uma intervenção cirúrgica para assegurar que “os elementos da massa de cor” se adestrem nos estilos de vida de “nossas classes dominantes”. Adestrar é um termo normalmente usado para se referir ao treinamento de animais irracionais. Porém, suspeitamos que não seja esse o significado que Guerreiro Ramos confere à palavra adestrar, mas sim no sentido de habilitar, preparar ou capacitar o negro a se tornar classe dominante. Por fim, é possível conjecturar que, no limite, o TEN tinha uma proposta fundada na mobilidade social e na formação de uma elite negra.

O discurso de resistência do TEN, em determinadas circunstâncias, tinha um caráter defensivo. Esse foi o caso do artigo escrito por Guerreiro Ramos, batizado de “O negro no Brasil e um exame de consciência”: “O Teatro Experimental do Negro é, no Brasil, a única instituição em seu gênero que encarna este espírito de conciliação. Ele não é uma semente e ódio. É uma entidade pela qual os homens de cor do Brasil manifestam sua

presença inteligente e alerta a um apelo do mundo”.<sup>57</sup> Esse excerto trata-se, na verdade, de uma resposta às consecutivas acusações de que o TEN estava querendo criar um problema que supostamente não existia no Brasil: o problema do racismo. Guerreiro Ramos faz questão de frisar que o TEN tinha um “espírito de conciliação”; logo, jamais seria capaz de plantar o ódio racial ou promover o “racismo às avessas”. Nessa concepção, o TEN seria, antes de tudo, um agrupamento criado “simplesmente” para marcar posição na sociedade, a fim de sensibilizá-la para a situação do negro. O intuito era evitar, de qualquer maneira, que o TEN ficasse estigmatizado negativamente junto à opinião pública.

O grupo tinha uma proposta ideológica a favor do orgulho racial. O artigo “Valorização do homem de cor” é uma evidência de que o agrupamento significava o despertar de uma nova era, tendo como eixo central o protagonismo negro no país:

A nossa luta tem sido toda ela dirigida num único fito: a valorização do homem de cor do Brasil. Os racistas camuflados e os indiferentes “snobs” tudo têm feito para dificultar a nossa ação, seja com o pregão de que estamos querendo “criar um preconceito de cor”, seja negando a onda cada vez maior dos pretos brasileiros que já despertam para a grande caminhada em busca de novos horizontes, a procura de um clima de maior segurança e assistência social-econômica. A nossa luta, entretanto, não pára, jamais se deteve ou se deterá.

A princípio, eram apenas algumas vozes isoladas. Hoje milhares de negros, em todo o território nacional, despertam do marasmo a que se haviam entregado, olhando para o alto, procurando enxergar a luz da liberdade, liberdade da ignorância, da miséria, do analfabetismo, etc.

Esta consciência é hoje uma realidade, quando anos atrás representava apenas um sonho. O homem de cor do Brasil resolveu recuperar o tempo perdido. É a hora da descoberta das suas próprias forças e marcha para uma nova vida.

Antigamente, as conquistas do negro representavam casos isolados. Os próprios pretos que venciam na vida, renegavam a sua raça voltavam-lhe as costas e procuravam “embranquizar-se”. Isto, entretanto, pouco a pouco vai desaparecendo. Existe já uma disciplina, uma união, uma consciência de raça. O negro não é um ser inferior.

O homem de cor deste país já se apercebeu disto. De tanto martelarem aos seus ouvidos que era um tipo inferior, ele quase acreditou. E talvez se deixasse dominar não fora o brado de alerta que reuniu os negros idealistas desinteressados que pretendiam lutar – e lutaram – pela valorização dos seus semelhantes.<sup>58</sup>

No início, o discurso tem um tom informativo, definindo o sentido da luta do TEN: “valorização do homem de cor do Brasil”. Aliás, “homem de cor” é o termo mais usado para designar o afro-brasileiro no artigo. Além de “homem de cor”, ainda são empregados os termos “preto” ou o próprio “negro”. Esse é um indicador de que não havia consenso sobre qual seria a melhor maneira de se referir aos afro-brasileiros ou afrodescendentes. É interessante notar como os racistas brasileiros são qualificados: “camuflados” e, mais indiretamente, “snobs”.

Com um sentido metafórico, o artigo caracteriza que estaria em marcha no país um movimento inovador de tomada de consciência dos “pretos brasileiros” no caminho da emancipação. Segundo essa visão, os negros mantiveram uma posição passiva e os ativistas eram vozes isoladas, mas, a partir do movimento encabeçado pelo TEN, “milhares de negros” estariam se levantando na busca da “luz da liberdade”, em prol da superação da “ignorância, da miséria, do analfabetismo, etc.”. Em outras palavras, a “população de cor” estaria, desde então, a caminho de uma nova era ou “nova vida”.

O movimento inovador também teria reflexo na mentalidade da “gente negra”. De acordo com essa concepção, o negro de antanho negava suas origens étnicas quando ascendia socialmente e procurava “embranquizar-se”; porém, com o trabalho do TEN, já estaria assumindo uma posição de se afirmar como ser que “não é inferior”. E isso só era possível graças ao idealismo da militância desinteressada, voluntarista, que exercia um papel de liderança ideológica da comunidade negra.

Denominado “Liberdade de Culto”, o próximo artigo foi publicado no jornal *Qui-lombo*. Escrito por Edson Carneiro, é uma denúncia do preconceito que existia contra as religiões de matriz africana no país. O texto demonstra que o discurso de intolerância racial também atingia o terreno religioso:

Nenhuma das liberdades civis tem sido tão impunemente desrespeitada, no Brasil, como a liberdade de culto.

Esse desrespeito a liberdade tão elementar atinge apenas as religiões chamadas inferiores. E, quanto mais inferiores, mais perseguidas. A Igreja Católica não se vê incomodada pelas autoridades policiais, ainda que interrompa o tráfego, numa cidade sem ruas como o Rio de Janeiro, com as suas morosas procissões. Nem as seitas protestantes. Outras religiões mais discretas, de menor número de aderentes, como a budista e a muçulmana, escapam somente porque a sua própria discricção as resguarda. Já as religiões mais populares, mais ao agrado da massa – o espiritismo e macumba – são vítimas quase cotidianas da influencia moralizadora – a depredação, as borrachadas e os bofetões – da polícia. De segunda a sábado, as folhas diárias, numa inconsciência criminosa dos perigos a que expõem todos os brasileiros, incitam a polícia a invadir esta ou aquela casa de culto, cobrindo de ridículo as cerimônias que ali se realizam. E ninguém se levanta em defesa do direito tão primário, que têm os responsáveis e os fregueses dessas casas, de dar expansão aos seus sentimentos religiosos como lhes parecer mais conveniente.<sup>59</sup>

Como salientamos, o artigo é um discurso de denúncia de desqualificação das religiões de matriz africana no país. O interessante notar é que Edson Carneiro define as igrejas protestantes como seitas e não como religião. Já as religiões de menor inserção social são denominadas discretas, insinuando que as religiões “mais ao agrado da massa”, como a “macumba”, eram vistas como indiscretas.

No entender de Edson Carneiro, o poder público dispensava um tratamento diferenciado às religiões. A igreja católica organizava “procissões” que prejudicavam a vida

do cidadão nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro e não era incomodada por autoridades policiais, ao passo que as religiões denominadas inferiores, sobretudo as espíritas, eram desprovidas de liberdade religiosa: eram desrespeitadas nos seus direitos mais elementares. As religiões espíritas eram geralmente (des)classificadas de baixo e alto espiritismo. Religião de origem européia, o espiritismo na versão kardecista era considerado alto espiritismo. Daí a relativa tolerância que desfrutariam. Já as religiões de matriz africana eram consideradas de baixo espiritismo, coisa do diabo ou magia negra, por isso sofreriam toda sorte de repressão “moralizadora” da polícia. No bojo da defesa da liberdade de manifestação religiosa e igualdade de tratamento para os cultos da “macumba”, Edson Carneiro ainda faz uma crítica ao descaso da opinião pública diante dos ataques sofridos pelas “religiões mais populares”.

### *Considerações finais*

A Frente Negra Brasileira conseguiu unificar vários grupos e organizações existentes no meio negro em São Paulo. Realizou um trabalho de agitação, propaganda e mobilização dos “homens de cor” sem precedentes, e que jamais “alcançou paralelo em outras tentativas ulteriores”.<sup>60</sup> Além de ter causado impacto pedagógico, a fundação da FNB despertou nos descendentes de africanos uma consciência racial.<sup>61</sup> A entidade contribuiu para criar o clima moral que iria produzir o surgimento do “novo negro”, caracterizado pelo espírito industrial, competitivo e adaptado ao estilo de vida urbano.<sup>62</sup>

Já o Teatro Experimental do Negro colocou a arte a serviço da transformação da estrutura das relações raciais do país. Apesar de ser um agrupamento inserido no movimento negro, o TEN teve a perspicácia de entender que a luta anti-racista é uma tarefa de caráter democrático, tendo que ser travada pelo conjunto da sociedade brasileira. Daí a estratégia de capitalizar o apoio dos setores mais democráticos e comprometidos com as causas sociais. Com esse espírito, o agrupamento selou uma política de aliança com alguns artistas e intelectuais brancos, dentre os quais adquiriram proeminência Cacilda Becker, Bibi Ferreira, Maria Della Costa, Zibgniew Ziembinski, Carlos Drummond de Andrade, Austregésilo de Athayde, Florestan Fernandes, Roger Bastide e Roland Corbisier. A aliança ou solidariedade ativa de artistas e intelectuais brancos fez com que o projeto de combate ao racismo do TEN: primeiro, não caísse no sectarismo; segundo, tivesse maior representatividade; e, terceiro, adquirisse visibilidade para a sociedade mais abrangente.

A partir da amostragem de textos dos dirigentes da FNB e do TEN, constatamos que existem alguns elementos em comum. Primeiro, o discurso nacionalista de valorização do negro na qualidade de brasileiro e não de descendente de africano. Segundo, a denúncia

de restrições ou violações de direitos imposta ao negro na ordem republicana do país – os clamores contra a discriminação racial são uma constante. Terceiro, uma postura elitista das lideranças negras, com o uso de um discurso letrado, às vezes, intelectualizado e prolixo, incompatível com a realidade da “massa negra”. Quarto, em que pese o clima de revolta, o discurso dessas lideranças é ordeiro. O negro teria que atuar, antes de tudo, dentro da ordem estabelecida. Por fim, é possível identificar implicitamente nos textos a denúncia do branqueamento.

Já os elementos de divergência entre os dois agrupamentos também são múltiplos. A FNB configurou-se num movimento de penetração nas massas, em detrimento do TEN, que foi um agrupamento vanguardista. Do ponto de vista político, a FNB alinhava-se com os movimentos da direita autoritária da década de 1930, enquanto o TEN investia na aliança com as forças nacional-desenvolvidas do país, no período da república democrática (1945-1964). A FNB tinha um discurso mais assimilacionista dos valores culturais dominantes, ao passo que o TEN desenvolveu, ambigüamente, os germes do que mais tarde foi qualificado de multiculturalismo. Para entender essa última distinção, faz-se necessário tecer algumas considerações. A FNB compelia os negros a reagirem contra a discriminação racial no mercado de trabalho, na educação, na política, nos espaços de lazer, na rede de serviço, enfim, em todas as instâncias da sociedade civil. Entretanto, a reivindicação central era no sentido de assegurar a participação plena do negro na vida pública brasileira. Nessa fase, não se “questionava de forma sistemática as estruturas econômicas e socioculturais de dominação mais ampla, nem reclamava de forma direta uma identidade cultural específica”.<sup>63</sup> Por sua vez, o TEN engendrou a ideologia da *negritude*, sendo um dos principais legados para a luta do negro no Brasil. Conforme assinala Elisa L. do Nascimento, o “TEN marcou a vida cultural e política ao ‘colocar em cena’, tanto no âmbito do teatro como na sociedade de forma mais ampla, a identidade afro-brasileira”.<sup>64</sup>

A insensibilidade das elites para aceitar democraticamente a autodeterminação étnica dos descendentes de africanos no país está registrada nos diversos ataques públicos sofridos contra a FNB e o TEN, quase sempre acusados da prática do racismo às avessas. No entanto, muitas dessas mesmas vozes das elites se silenciavam e, em alguns casos, compactuavam com o esforço em prol da preservação cultural de certos grupos étnicos europeus (como os alemães, italianos, espanhóis e portugueses).

A FNB e o TEN cooperaram para elevar a auto-estima dos descendentes de africanos, na medida em que impulsionaram seu espírito de solidariedade e união. Eles foram dois dos mais fulgurantes agrupamentos do movimento negro em suas respectivas épocas e marcaram a entrada desse movimento como força política organizada no concerto da nação. Finalmente, vale registrar que tanto a FNB como o TEN colocaram em xeque o mito



da democracia racial e, de certa maneira, conseguiram pautar nos meios de comunicação de massa e na agenda nacional o debate sobre o racismo à brasileira. A despeito do malogro, esses dois agrupamentos representaram mais um acúmulo de forças do protagonismo negro no país.

*Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.*

## Notas

\* Doutor em História-USP e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: petronio@usp.br

<sup>1</sup> *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan./1950, p. 5.

<sup>2</sup> Id., jan./1950, p. 9.

<sup>3</sup> Uma razoável bibliografia já se ocupou da Frente Negra Brasileira. FERNANDES, F. e BASTIDE, R. abordaram diversos aspectos da entidade numa das pesquisas pioneiras, publicada sob o título de *Branços e negros em São Paulo*, 2 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1959. FERNANDES, F. retomou a temática, fazendo uma análise mais aprofundada em *A integração do negro na sociedade de classes*, v. 2, São Paulo, Ática, 1978, pp. 1-115. Na nossa avaliação, entretanto, o estudo mais completo sobre a FNB foi realizado por PAHIM PINTO, R., e é intitulado *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1993, pp. 87-124. FERRARA, M., em *A Imprensa Negra Paulista (1915-63)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1986, pp. 63-80, aborda a história da FNB, mas sua pesquisa tem como mote central a análise do jornal da entidade, *A Voz da Raça*, no bojo da denominada “imprensa negra”. Já ANDREWS, G. R., em *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, Bauru-SP, Edusc, 1998, pp. 228-41, resgata a história da FNB inserida no contexto de agitação política e polarização ideológica dos anos 30. HOFBAUER, A., em *Uma história de branqueamento ou o negro em questão.*, São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1999, pp. 294-305, faz uma análise da FNB diante dos dilemas do movimento negro e da ideologia do branqueamento em São Paulo na primeira metade do século XX. GOMES DA SILVA, J. C., em *Os sub urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo: cotidiano, lazer e cidadania (1900-1930)*. Campinas. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1990, pp. 162-180, investiga a FNB tendo como eixo o papel da “elite negra” sobre o conjunto da “população de cor”. Já BACELAR, J., em “A Frente Negra Brasileira na Bahia”, *Afro-Ásia*, n. 17. Salvador, 1996, pp. 73-85, reconstitui alguns aspectos da “delegação” baiana da FNB, por meio sobretudo da imprensa regular daquele Estado. Por fim, FÉLIX, M., que, em *As Práticas Político-Pedagógicas da Frente Negra Brasileira na Cidade de São Paulo (1931-1937)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2001, faz um breve histórico dessa entidade negra, enfocando centralmente suas experiências no campo educacional.

<sup>4</sup> *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 04-11-1931, p. 12.

<sup>5</sup> *A Voz da Raça*. São Paulo, 15-12-1934, p. 1.

<sup>6</sup> Carta ao Chefe de Polícia. Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.

<sup>7</sup> MITCHELL, M., *Racial consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in São Paulo*, Indiana. Doctor in Indiana University. Department of Political Science, 1977, p. 131.

<sup>8</sup> FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo, Ática, 1978, p. 59.

- <sup>9</sup> LARKIN, E. N. *O sortilégio da cor. Identidade afro-descendente no Brasil*. São Paulo. Tese de Doutorado. IP/SP, 2000, p. 201.
- <sup>10</sup> *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo. 04-11-1931, p. 12.
- <sup>11</sup> *A Voz da Raça*. São Paulo. 08-03-1933, p. 3.
- <sup>12</sup> PAHIM, R. P. “A Frente Negra Brasileira”, *Cultura Vozes*, v. 90, n. 4. Petrópolis, RJ, 1996, p. 55.
- <sup>13</sup> “Encerraram-se solenemente a 30 de novembro as aulas dos cursos noturno, na sede social da FNB”. *A Voz da Raça*. São Paulo. 15-12-1934, p. 1.
- <sup>14</sup> *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 18-07-1934, p. 6 e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 28-08-1937, p. 11.
- <sup>15</sup> *A Voz da Raça*. São Paulo, 11-11-1933, p. 3.
- <sup>16</sup> Carta assinada por Isaltino Veiga dos Santos, 03-03-1932. Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.
- <sup>17</sup> *A Voz da Raça*. São Paulo, 25-03-1933, p. 3.
- <sup>18</sup> Id., 18-03-1933, p. 1. Algumas pesquisas já examinaram, direta ou indiretamente, o jornal *A Voz da Raça*, dentre as quais destacam-se: BASTIDE, R., A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 19731, pp. 132-156; FERRARA, M. N. *A imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1986, e PAHIM PINTO R., em *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1993, e, finalmente, MOTTA, U. D., *Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira*, São Bernardo do Campo, Dissertação de Mestrado, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986, pp. 91-98.
- <sup>19</sup> *A Voz da Raça*. São Paulo, 25-03-1933, p. 2.
- <sup>20</sup> Ibid.
- <sup>21</sup> FÉLIX, M. *As práticas político-pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2001, s/p.
- <sup>22</sup> LUCRÉCIO, F. apud BARBOSA, M. (org.). Frente Negra Brasileira: Depoimentos. São Paulo, *Quilombo*, 1998, p. 37.
- <sup>23</sup> PAHIM, R. P. *O Movimento Negro em São Paulo*, op. cit., p. 91.
- <sup>24</sup> *A Voz da Raça*. São Paulo. 18-03-1933, p. 3.
- <sup>25</sup> PAHIM, op. cit., p. 145.
- <sup>26</sup> “Comemorações de 13 de Maio”, Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.
- <sup>27</sup> Ofício s/n, Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.
- <sup>28</sup> “Neste gravíssimo momento histórico, dois grandes deveres incumbem aos negros briosos e esforçados, unidos num só bloco da Frente Negra Brasileira: a defesa da gente negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo. A nação acima de tudo”. *A Voz da Raça*. São Paulo, 18-03-1933, p. 1.
- <sup>29</sup> PAHIM, op. cit., p. 148.
- <sup>30</sup> NASCIMENTO, A. do. Teatro negro no Brasil. Uma experiência sócio-racial, *Revista Civilização Brasileira*, n. 2, Caderno Especial, Rio de Janeiro, 1968, p. 194. O trabalho pioneiro a abordar o Teatro Experimental do Negro foi realizado por Ricardo Gaspar Muller, em *Identidade e cidadania: o Teatro*

Experimental do Negro, *Dionysos*, n. 28, Rio de Janeiro, 1988, pp. 11-52, versão corrigida da dissertação de mestrado homônima apresentada na FFCH/UFMG, em 1983. O artigo sustenta, fundamentalmente, que o TEN implementou um projeto de criação de uma elite de “cor”, que reivindicava ser a redentora do conjunto da população negra do país. Um outro trabalho considerado importante é o de NASCIMENTO, E. L., *O sortilégio da cor: Identidade afro-descendente no Brasil*, São Paulo, Tese de Doutorado, IP/USP, 2000, pp. 216-19 e 244-319. A autora realiza um resgate histórico e um balanço crítico do TEN nas diversas áreas de atuação: artístico-cultural, educacional, política e na sua contribuição para a construção da ideologia da *negritude* no Brasil. Ainda é possível fazer referência a três interessantes investigações. A primeira trata-se do artigo de MOTTA MAUÉS, M. A. da, denominado Entre o branqueamento e a negritude: o TEN e o debate da questão racial, *Dionysos*, n. 28, Rio de Janeiro, 1988, pp. 89-101, em que se abordam as contradições ideológicas e, em especial, a influência da ideologia do branqueamento no discurso do TEN. Já a segunda, encontra-se no livro de MARTINS, I. M., *A cena em sombras*, São Paulo, Perspectiva, 1995, que desenvolveu uma análise literária comparativa entre o Teatro Experimental do Negro, no Brasil e o teatro negro nos Estados Unidos. Finalmente, a terceira investigação, que é um tópico do artigo Teatro negro: a realidade de um sonho em sono, *Afro-Ásia*, n. 25-26. Salvador, 2001, pp. 313-363, de DOUXAMI, C. A autora esquadriña a proposta precursora de teatro negro encampado pelo TEN, valorizando seus aspectos estéticos.

<sup>31</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro. 17-10-1944.

<sup>32</sup> MARTINS, op. cit., p. 81.

<sup>33</sup> DOUXAMI, op. cit., p. 318.

<sup>34</sup> Na realidade, desde sua fundação, em 1944, o TEN incidiu em outros domínios, como o educacional. No seu curso de alfabetização, Abdias do Nascimento estima que, aproximadamente, seiscentas pessoas se inscreveram. Ver NASCIMENTO, A. do, Teatro Experimental do Negro, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, Brasília, 1997, p. 73.

<sup>35</sup> *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 3.

<sup>36</sup> Id., maio de 1949, p. 8.

<sup>37</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 214.

<sup>38</sup> *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 4.

<sup>39</sup> Segundo depoimento de Haroldo Costa para a revista *Dionysos*, o Teatro Folclórico Brasileiro tornou-se um pólo de atração cultural no seu início, logrando o apoio de várias pessoas, como Grande Otelo e Solano Trindade. Ver *Dionysos*, n. 28. Rio de Janeiro. 1988, pp. 143.

<sup>40</sup> *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan./1950, p. 6.

<sup>41</sup> NASCIMENTO, Abdias do. “Teatro Negro no Brasil. Uma experiência sócio-racial”, *Revista Civilização Brasileira*, Caderno Especial. Rio de Janeiro, 1968, p. 198.

<sup>42</sup> *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 9.

<sup>43</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 13-04-1950, p. 1.

<sup>44</sup> “No dia 26 de janeiro, no 3º. andar da ABI, teve lugar a cerimônia de instalação do Museu do Negro, departamento do Instituto Nacional do Negro”. *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 11.

<sup>45</sup> *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 9.

<sup>46</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 263.

<sup>47</sup> Apud Abdias do Nascimento, *Quilombismo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1980, p. 107.

- <sup>48</sup> DOUXAMI, op. cit., p. 322.
- <sup>49</sup> CARNEIRO, M. L. T. “O discurso da intolerância. Fontes para o estudo do racismo”. In: SAMPAIO, M. do C. (org.). *Fontes Históricas: abordagens e método*. Assis, Programa de Pós-graduação em História-Unesp. 1996.
- <sup>50</sup> *A Voz da Raça*. São Paulo, 29-12-1934, p. 1.
- <sup>51</sup> Id. 09-12-1933, p. 1.
- <sup>52</sup> Id.. 11-05-1935, p. 1.
- <sup>53</sup> Id., 20-05-1933, p. 4.
- <sup>54</sup> Panfleto chamado “Meus irmãos negros! Viva a raça!”. São Paulo, 04-05-1932. Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira). Arquivo do Deops/SP. Aesp.
- <sup>55</sup> “Frente Negra Brasileira”. *Diário da Noite*. São Paulo, 27-01-1932.
- <sup>56</sup> RAMOS, G., “*O negro no Brasil e um exame de consciência*”. In: NASCIMENTO, A. do et alii (orgs.). *Relações de raça no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Quilombo, 1950, p. 37.
- <sup>57</sup> Ibid., p. 43.
- <sup>58</sup> *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 3.
- <sup>59</sup> Id., jan., 1950, p. 7.
- <sup>60</sup> FERNANDES, F. *A integração do negro...* op. cit., p. 46.
- <sup>61</sup> FERNANDES, “Efeitos do preconceito de cor”. In: FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger, *Branços e negros em São Paulo*. 2 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1959, p. 228.
- <sup>62</sup> FERNANDES, *A integração do negro...* op. cit., p. 53.
- <sup>63</sup> NASCIMENTO, *O sortilégio da cor...* op. cit., p. 205.
- <sup>64</sup> Ibid., p. 242.